

| 1106 | CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS À PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO EM LONDRINA-PR

Elisa Roberta Zanon

Resumo

A temática apresentada neste artigo trata de considerações teóricas sobre a produção desigual do espaço urbano, tomando como estudo de caso a cidade de Londrina, Estado do Paraná. Fundada em 1929, Londrina nasce como um loteamento de algumas quadras, o que em aproximadamente 80 anos atinge mais de quinhentos mil habitantes, configurando também contrastes no modo de ocupação e processo de produção espacial: as periferias que crescem horizontalmente e áreas valorizadas que crescem verticalmente. Além de sua área central, que conforma a origem desta cidade, torna-se bastante evidente a segregação socioespacial localizada na zona norte da cidade no início dos anos de 1980, e que após décadas, embora os esforços sejam de conectar tais regiões, no ano de 2011, o empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida foi instalado nas franjas da cidade, criando uma espécie de “minicidade”. Em oposição a este, outro processo ocorre em ritmo acelerado, próximo às margens do Lago Igapó, marcando ali torres residenciais de alto custo de localização. Neste artigo evidenciam-se os contrastes das desigualdades na produção socioespacial em Londrina, partindo de pressupostos da lógica capitalista. O viés teórico traz uma breve abordagem sobre a produção desigual do espaço urbano, tendo a cidade como o *locus* das diferenças sociais materializado nas formas urbanas, acentuado pela globalização recentemente. Importante pensar também que a produção desigual do espaço urbano tem sido acentuada pelo modo de produção capitalista a partir do século XIX, mas que tal processo, tem sido uma condição inerente as cidades desde sua origem.

Palavras-chave: produção desigual; espaço urbano; segregação socioespacial;

1. A Cidade como *Locus* da Produção Desigual do Espaço Urbano

A carga histórica das cidades não dispensa as demais abordagens que são indissociáveis aos estudos urbanos em suas dimensões: social, cultural, política e econômica. “Ao se lançar novos alicerces para a vida urbana cumprem-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre as suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas” (Mumford, 2004, p.9). Cabe também estudar o processo em que a própria sociedade produz seu espaço e o reproduz de acordo com seus interesses, estando tais mudanças sociais espacializadas na disposição e nas relações de diferentes áreas que configuram a dinâmica socioespacial. Tais processos sociais e econômicos também são espaciais, pois modificam a estrutura da cidade através de sua materialização no espaço urbano.

A produção desigual do espaço urbano não é uma temática nova e muito menos recente. O *locus* da desigualdade remonta as origens da cidade, ou seja, desde que se

associou a história da humanidade a chamada “Revolução Urbana” como o modo de vida coletivo: a escrita como registro, o controle da produção do excedente pelos representantes do deus local ou mesmo as trocas mercantis entre os aglomerados humanos. “A cidade surge como local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo privilegiado, sede da autoridade [...] ela se forma quando as indústrias e os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não têm esta obrigação, e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto total” (Benevolo, 2005, p. 23).

A sociedade que se forma através da cidade se torna capaz de evoluir não só a partir de sua forma de organização, mas nos contrastes criados entre os grupos dominantes e subalternos. Com efeito, as diferenças começam a existir a partir do momento em que são renunciadas as vocações de liderança e responsabilidade pelo coletivo, os embriões da guerra e da lei como destacado no livro *A cidade na História* de Lewis Mumford. O *caçador* desempenha um papel útil na economia neolítica, com o domínio das armas e suas habilidades da caça e assim passa a proteger a aldeia tornando-se chefe político e promove sua ascensão ao poder. O *pastor* guardava o gado e seus rebanhos, fazia o papel de irmão espiritual do caçador. Os demais deveriam trabalhar e produzir o excedente para atender as necessidades espirituais e administrativas dos protetores. Passada a Pré-História, a cidade antiga nasceu dividida por muros e muralhas com suas áreas de moradia separadas dos trabalhadores e setorizada com as edificações da administração junto ao templo, sendo esta uma característica comum das civilizações do período.

Perpassando da Antiguidade a Idade Contemporânea, é a partir da intensificação da urbanização no século XIX, decorrente da Revolução Industrial, que a cidade finita passou a ser um espaço urbano com limites indefinidos. Na história das cidades do mundo ocidental, a referência ao processo de urbanização na Europa está associada às forças técnicas e socioeconômicas que se destacam na segunda metade do século XVIII. “A manufatura tradicional foi forçada a abandonar sua base predominantemente rural e a concentrar o trabalho e a fábrica, primeiro perto dos cursos d’água, depois com o advento da força motriz a vapor, perto das jazidas de carvão. Com 24.000 teares a vapor em produção em 1820, a cidade manufatureira inglesa já era um fato estabelecido” (Frampton, 2000, p.13).

De simples núcleo administrativo na qualidade de entreposto comercial, a cidade no século XIX passa a ter uma concentração urbana sem precedentes. A cidade como fato urbano era inegável. Em algumas análises do espanto dessa cidade, ou melhor, dessa nova sociedade, alguns teóricos como Élisée Reclus (1830-1905), tidos como anarquistas na posteridade, traduzem a cidade como a representação do elemento mais artificial, por

definição, o mais construído, o menos “natural” da humanidade. Na obra de Reclus *O Homem e a Terra* (publicação em seis volumes 1905-1908), Philippe Pelletier afirma que, “o que incomoda não é a existência da cidade, mas a organização socioespacial desigualitária das cidades que ele deplora e condena”. Ressalta que o “embelezamento dos centros das cidades tem por corolário a expulsão para a periferia das populações empobrecidas” [...] (Coelho, 2010, p. 26).

O século XIX é marcado pelo “ciclo da urbanização” que varia de contexto a contexto, mas que estabelece, em todo lugar, a prevalência quantitativa de cidade, sendo que o desenvolvimento deste ciclo irá bem além e acabará por caracterizar a Idade Contemporânea. A multiplicação do número de metrópoles é também uma das consequências do ciclo de urbanização, chegando ao século XX em um processo acelerado. “Já em 1914 havia 22 cidades que alcançaram 1 milhão de habitantes: 8 na Europa, 10 na Ásia e 4 nas Américas (Nova York, Chicago, Filadélfia e Rio de Janeiro). A cidade ultrapassa os limites das muralhas do período medieval que são demolidas para dar lugar às grandes avenidas e que ao mesmo tempo permite o alastramento do espaço urbano” (Zucconi, 2009, p.16).

A cidade do século XX é marcada pela expansão desmesurada, a reprodução do espaço urbano de crescimento indefinido. Esta é uma característica latente até o final dos anos de 1960, no qual, todos os países europeus e ocidentais utilizaram a grande reserva demográfica do mundo rural que se transferiu para a indústria, estabelecendo de fato a cidade capitalista e a cultura urbana. No entanto, a cidade que cresce indefinidamente também gerou e ainda causa angústia pela sua dispersão no espaço ou até mesmo a dissolução do que se conhece como cidade. “Na medida do possível, as administrações das cidades estabeleceram políticas do *welfare*, para o tratamento da vida urbana com programas de edificação econômica e popular frente à ostentação da cidade privada; equipamentos sociais como creches, escolas, hospitais, terrenos para o esporte, parques e jardins; bem como as novas infraestruturas da mobilidade” (Secchi, 2009, p. 22).

Na obra de Beaujeu-Garnier, autora do Tratado de Geografia Urbana, afirma que a definição conceitual de cidade seria “simples de dar até à grande explosão do século XIX; mas a Revolução Industrial introduziu uma confusão total” (Beaujeu-Garnier, 2010, p. 9). Na sua reflexão usa uma citação de Karl Marx para expressar que as antigas pequenas cidades compactas tornaram-se grandes centros e muitas vezes cheios de miséria. Criou-se uma ruptura com o senso anterior que se tinha de evolução urbana para adentrar no modo de vida da civilização urbana.

Nesta reflexão dos aspectos inerentes à caracterização da cidade, Sóla-Morales, em seu livro *Territorios*, busca entender como se produz hoje a relação contemporânea entre arquitetura e cidade, e propõe como marco conceitual mais genérico o território, colocando esta categoria como ponto de partida, o lugar de encontro da atividade formativa, que é ao mesmo tempo a arquitetura e a cidade em qualquer sentido, e não somente o sistema de espaços habitados, com sua determinação topográfica, histórica e social. Outro aspecto observado pelo autor é que se a cidade é uma organização da vida coletiva, e esta “nem sempre se constrói sobre um sistema de valores coletivos” (Sóla-Morales, 2002, p. 25), pois nem a solidariedade, nem a democracia, nem o próximo são necessariamente capazes de estruturar um espaço de vida comum. O que há é um exacerbado individualismo e uma evidente necessidade dos serviços oferecidos pelos outros que parecem competir com a busca de modelos de convivência que reduzam ao mínimo o compartilhar, colaborar e confiar.

Paralelamente, a cidade ao ser analisada pelo viés do modo de produção capitalista mostra que a concentração de população urbana também favorece a divisão de trabalho, o que de certa forma condiciona uma segregação social na produção do espaço urbano. O capitalismo, na visão marxista, estabelece a transformação da cidade em centro de produção, como também o local da luta de classes entre dominadores e dominados. O capitalismo surge na cidade, no centro dinâmico de uma economia urbana, que lentamente se reconstitui na Europa, a partir do século XIII, com a libertação de certas cidades do domínio feudal, a fuga dos servos para estas cidades, o estabelecimento das ligas de cidades comerciais e o surgimento de uma classe de comerciantes e banqueiros que preparam o terreno para a Revolução Comercial, no século XVI e por fim, uma divisão de trabalho interurbana no plano mundial, assegurando um amplo e contínuo desenvolvimento das forças produtivas (Singer, 2010, p. 20).

A fim de buscar as origens da produção desigual do espaço urbano faz-se necessário relacionar a lógica do capital e suas contradições. É comum observar que no processo de degradação de espaços, o discurso sobre a desvalorização de imóveis e partes da cidade torna-se um processo intencional para assim estabelecer novas demandas, ao mesmo tempo ampliar a acumulação do capital. Os processos de reestruturação urbana constituem-se como rearranjos das relações entre diferentes setores da cidade, alterando o conteúdo social, o que, em alguns casos, resulta numa hierarquia invertida ou ainda fortalece áreas já privilegiadas. Tais processos são desencadeados por ações privadas ou pelo Estado, legitimadas pelo poder público através da inserção de novas atividades, projetos urbanos,

concentração de instituições ou mesmo as benfeitorias de grandes infraestruturas. “O capital se empenha e negocia, cria e destrói, é uma coreografia bifacial da interação entre tempo e espaço e nunca está sozinho na moldagem da geografia histórica da paisagem” (Soja, 1993, p. 191).

O que se observa na lógica de produção do espaço urbano não é somente um crescimento em extensão da mancha da cidade, mas uma (re)ocupação de áreas já construídas em tempos anteriores, geralmente “antigas”, que em razão de não atenderem funcionalmente às demandas da modernização ficam sujeitas a uma constante substituição das edificações ou mesmo um novo parcelamento do solo, configurando uma “cultura da substituição”. Esta talvez seja a maior prerrogativa da modernização que estabelece a prática do criar e destruir *ad continuum*, como numa “era fáustica”. Na interpretação de Marshall Berman sobre *O Fausto de Goethe*, a obra foi concebida ao longo de um dos períodos mais turbulentos e revolucionários da história mundial. O contexto mostra que as condições materiais e sociais ainda eram medievais e que se findam com as conturbações espirituais e materiais da Revolução Industrial. Berman acredita que a força vital do Fausto goethiano gera um *desejo de desenvolvimento*. Fausto incorpora o ideal de autodesenvolvimento e movimento social na direção de desenvolvimento econômico. No entanto, a moral da história mostra algo de reflexão: “o grande desenvolvimento de Fausto – intelectual, moral, econômico e social – representa um altíssimo custo para o ser humano. Este é o sentido da relação de Fausto com o diabo: os poderes dos humanos só podem se desenvolver através daquilo que Marx chama de ‘os poderes ocultos’, negras e aterradoras energias que podem irromper com força tremenda, para além do controle humano” (Berman, 1988, p.42). Esta é a tragédia do desenvolvimento, que segundo Berman traduz o espírito do capitalismo, no estabelecimento das forças produtivas que gera contrastes, produz pobreza e o enriquecimento econômico de alguns.

Nesta breve explanação sobre a produção desigual do espaço urbano é inevitável a referência a obra do russo Leon Trotsky (1879-1940) em sua Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. De acordo com Michael Löwy (pesquisador do CNRS – *Centre National de Recherches Scientifiques*, Paris – França), dentre os escritos de Trotsky, é no primeiro capítulo de sua *História da Revolução Russa* de 1930 que se encontra a apresentação desta teoria. O capitalismo condicionou a busca do desenvolvimento permanente da humanidade, gerando uma corrida por avanços econômicos mesmo que um país tenha que saltar as etapas intermediárias. E na teoria de Trotsky tal situação fica mais ainda evidente em localidades menos favorecidas, nos “países atrasados”, criando através das diferenças a

situação de dependência daqueles que comandam as regras do capital. “Esta ‘irregularidade’ manifesta-se também nas formas muito variáveis que pode tomar a integração de elementos modernos pelas sociedades dependentes, ‘atrasadas’ na linguagem da época” (Löwy, 1995, p.77).

Para Trotsky, na visão de Löwy, a desigualdade do ritmo de desenvolvimento ocorre com vigor e maiores complexidades nestes países atrasados, o que obviamente Trotsky se referia as contradições no vasto território russo, onde se encontravam “todos os estágios da civilização”. Ainda do ponto de vista da urbanização, a lei da desigualdade de ritmos e a lei do desenvolvimento combinado fundem as diversas etapas de desenvolvimento e criam um “amálgama de formas arcaicas com as mais modernas”. Em última análise a teoria de Trotsky, Michael Löwy traz uma reflexão sobre as consequências do desenvolvimento desigual ao que se pode chamar de privilégio dos retardatários: “aqueles que chegam mais tarde, os marginais, os periféricos, os ‘atrasados’ do ponto de vista de uma evolução histórica determinada – econômica, social ou cultural – podem tornar-se precisamente a vanguarda da transformação seguinte” (Löwy, 1995, p. 78).

Nesse ínterim, há de se retomar a tragédia do desenvolvimento que simboliza a “era fáustica” e o desenvolvimento desigual e combinado na teoria de Trotsky que descrevem o mesmo processo que trata da produção capitalista do espaço, da cidade ou de uma nação. Na atualidade, este processo passa a ser compreendido em diferentes aspectos político-econômicos e socioecológicos, e em outras escalas espaciais através da *Globalização*, discutidos por David Harvey em suas obras. Em *Espaços de Esperança*, a produção da diferença geográfica pode ser observada nos modos e padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais: “as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de determinados processos” (Harvey, 2012, p. 111).

Em épocas recentes, principalmente a partir dos processos desencadeados na transição do fordismo para a acumulação flexível na década de 1970, as mudanças de diferenciação geográfica tornaram-se acentuadas, devendo-se entender que nenhuma localidade tenha variações relativamente estáticas ou mesmo imutáveis frente aos processos do capitalismo: “as fortes correntes de desindustrialização e de realocação de atividades produtivas... ilustram a velocidade com que são agora configuradas as diferenciações geográficas da produção e do emprego” (Harvey, 2012, p. 112). Destacam-se aqui também os processos intencionais ligados a esta produção desigual do espaço urbano, pois é com esta

prerrogativa da busca do moderno que se destrói e se cria novas possibilidades, numa espécie de aproveitamento das características locais e de potencialização do meio urbano para maiores acúmulos de capital. “A globalização envolve, por exemplo, alto nível de autodestruição, desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares. Ela torna populações inteiras seletivamente vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais. Ela põe em risco as instituições políticas e legais existentes, bem como inteiras configurações culturais e modos de vida, e o faz numa variedade de escalas espaciais” (Harvey, 2012, p. 115). Por fim, a compreensão do desenvolvimento geográfico desigual como apontado por Harvey está diretamente associado às contradições do capitalismo através do fenômeno da globalização que estabelece padrões e a universalização das práticas econômicas sobre as tradições culturais.

2. Breve Contexto da Produção Desigual do Espaço Urbano na Cidade de Londrina-PR

Para exemplificar os pressupostos teóricos sobre a produção desigual do espaço urbano, tomou-se como objeto de investigação a cidade de Londrina-PR em seus aspectos díspares da segregação socioespacial. O primeiro exemplo mostra a produção de uma “minicidade” dentro de Londrina: o residencial Vista Bela, localizado nas franjas da zona norte da cidade para atender o déficit habitacional do município, tendo construído 2712 unidades de moradia e entregues no ano de 2011 desprovidas de qualquer equipamento social. Já o segundo exemplo apresentado neste artigo trata da valorização imobiliária a partir da construção de empreendimentos residenciais de médio e alto padrão na porção mais ao sul da área central da cidade, denominada Gleba Palhano. Embora os contrastes sociais sejam visíveis, faz-se necessário buscar o entendimento de tais processos de produção desigual do espaço urbano em Londrina.

Fundada em 1929 com um traçado em malha ortogonal, a área urbana de Londrina foi parcelada inicialmente com 86 quadras para conformar uma pequena cidade como entreposto comercial da sede da Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP, empresa responsável pelo empreendimento imobiliário de terrenos rurais em uma extensão de 515 alqueires adquiridos do Governo do Estado do Paraná, na década de 1920. A importância de pólo pela geração de grande capital impulsionou a expansão da cidade ao

longo de mais de oitenta anos, o que atualmente se configura com características de centros metropolitanos.

Numa retrospectiva histórica, a produção da segregação social e espacial em Londrina mostra que as ocupações informais já faziam parte da cidade desde sua fundação, tornando-se agravante a partir dos anos de 1960 com a ocupação de áreas em fundos de vale (ao longo de cursos hídricos) e adjacências, formando núcleos de favelas em regiões consideradas a margem da sociedade. As famílias ganhavam pouco (menos de 1 salário mínimo) e eram numerosas, compostas por mais de cinco pessoas, sendo a maioria crianças e adolescentes. De acordo com a Cohab-LD e Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss, os núcleos informais conhecidos nessa época eram as favelas Bom Retiro, Grilo, Esperança, Pito Aceso, Grilinho, Boa Vista, Novo Mundo, Vila Paulista (Cantinho do Céu) e Mariza. A partir das políticas governamentais em nível federal, foram instituídos órgãos que pudessem dar subsídio a situação habitacional e compensações de apoio as famílias desfavorecidas, como a criação da COHAB-LD – Companhia de Habitação de Londrina, no ano de 1965, em pleno governo militar. No final dos anos de 1970, deu-se início a construção de conjuntos habitacionais, desconectados a longa distância da malha urbana principal e tão assim desprovidos de qualquer infraestrutura e equipamentos de apoio. Esta foi uma postura radical em termos de segregação social, pois jogou toda uma população dependente da área central da cidade em uma localidade destituída dos postos de trabalho. Hoje a população nesta região passa de 100.000 habitantes, constituindo um subcentro econômico em Londrina. O que ocorreu neste caso trata-se da produção não só da desigualdade espacial, mas do vazio urbano, como meio especulativo, no qual ainda se encontram até hoje grandes glebas a espera de novos loteamentos.

Todavia, deve-se atentar também para este processo de horizontalização cada vez mais comum às cidades com a produção sem fim das periferias urbanas e muito semelhantes entre si – reflexos do fenômeno da globalização e sua consequente padronização espacial. No ano de 2009, em resposta à crise econômica mundial, o Governo Federal lançou o PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida, com o objetivo de produzir um milhão de casas no país para atender a demanda das famílias que se enquadram nas faixas de renda de 0 a 10 salários mínimos. Atualmente em sua segunda fase, o programa tem como meta a produção de mais dois milhões de unidades no território nacional. Recentemente, por conta dessa política nacional, foi entregue no ano de 2011, o Residencial Vista Bela, na zona norte da cidade de Londrina, sendo considerado por algumas estatísticas, o maior canteiro de obras do programa no país. De acordo com a Cohab-Londrina, o empreendimento tem 650 mil m²,

divididos em 17 ruas e 31 quadras. No total de 2712 unidades: 1440 apartamentos e 1272 casas, para atender as famílias na faixa de renda mensal de 0 a 3 salários mínimos.

Entretanto, alguns aspectos devem ser melhor analisados. A princípio, o empreendimento aparenta atender somente requisitos de demanda quantitativa, pois reproduz uma ação do final dos anos de 1970 e início da década de 1980, com a implantação dos cinco conjuntos na zona norte de Londrina. Na contramão, o atendimento da demanda qualitativa ainda se apresenta insuficiente quanto à infraestrutura instalada, equipamentos sociais e a inserção da população na localidade, principalmente quando este empreendimento, o Residencial Vista Bela, é implantado de modo isolado do meio urbano e desconectado da malha da cidade.

Novamente, a tragédia do desenvolvimento se repete e nesta localidade em Londrina: pessoas de diferentes ocupações e regiões da cidade foram arrancadas de seus laços sociais e amontoadas nesta denominada “minicidade” (Figura 1), pois já moram aproximadamente 12 mil habitantes. Além disso, criaram-se meios de acumulação do capital através da produção de vazios urbanos e da especulação imobiliária, mesmo que o empreendimento esteja localizado na extrema periferia e imerso em áreas ainda agricultáveis, a valorização dos terrenos adjacentes foi imediata à implantação do residencial, oscilando, de acordo com imobiliárias do ramo, na margem de 500 mil reais o alqueire paulista (24.200 m²).

Figura 1 - Empreendimento do PMCV em Londrina: Residencial Vista Bela, localizado na extrema periferia da cidade.



Fonte: da autora, 2011.

O segundo exemplo apresentado aqui neste artigo mostra-se inicialmente no sentido oposto, mas que contraditoriamente encontra pontos de fusão com a minicidade da zona norte de Londrina. A ocupação vertiginosa da chamada Gleba Palhano tem início com o processo de expansão da cidade na direção sudoeste, polarizado primeiramente com a construção do Lago Igapó nos anos de 1950, seguido da implantação de bairros populares nas décadas de 1960 e 1970, como também a instalação de infraestrutura de vias pavimentadas e posteriormente com equipamentos de grande porte, como o *Shopping Catuaí* em 1990, com acesso pela Rodovia PR-445. Em mapas antigos, pode-se observar o parcelamento da região em pequenos terrenos agrícolas e uma grande gleba, antes identificada como fazenda. De acordo com dados dos jornais da cidade, atualmente há nesta localidade 72 empreendimentos residenciais, entre entregues e em construção no decorrer da última década.

Esse processo de verticalização entendido aqui como adensamento habitacional de média e alta renda por meio do solo criado é decorrente também de outros processos de reprodução do acúmulo do capital imobiliário em Londrina. Com base em pesquisas sobre a área central da cidade através de aerofotos de arquivos da Prefeitura Municipal, pode-se constatar o início de uma concentração de construções de grande número de prédios verticais até a década de 1990, em sua maioria indo a 20 pavimentos. No entanto, a mancha da verticalização se desloca e se alastra em localidades onde o capital imobiliário tem maiores possibilidades de reprodução, como no caso da área remanescente da Gleba Palhano no início da década de 1990 e principalmente anos 2000. Aqui a verticalização assume proporções de arranha-céus, na qual, identificam-se prédios acima de 20 pavimentos, como se vê nas figuras 2 e 3.

Há que se considerar ainda um aspecto pertinente sobre a atuação do Estado. Entende-se aqui mais uma vez o papel do poder público local como agente impulsionador do desenvolvimento desigual. Em décadas anteriores a área foi beneficiada com melhorias urbanas, como o Projeto CURA - Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada, lançado pelo BNH para promover urbanização com infraestrutura em aproximadamente 10 bairros em Londrina, nos anos de 1970. "Na região próxima ao Lago Igapó, os bairros Jardim Cláudia, Parque Guanabara e Jardim Arco Íris embora fossem os mais antigos, eram os loteamentos mais desprovidos de infraestrutura" (Bortolotti, 2007, p. 138). O objetivo era que as melhorias urbanas não promovessem a expulsão da população local, o que, na atualidade, percebe-se que a valorização da região criou mais uma vez um enclave social, uma mancha da produção desigual do espaço urbano.

Figuras 2 e 3 – Processos de substituição e verticalização na área denominada Gleba Palhano em Londrina.



Fonte: Fotos Rei Santos, 2011.

Essa não é uma característica única em Londrina, mas um processo que permeia todas as cidades que favorecem tais possibilidades de acúmulo de capital, gerando a segregação socioespacial e por fim a produção desigual do espaço urbano. Para David Harvey, tais processos são tão ecológicos e sociais quanto puramente econômicos, pois essa busca mais generalizada por localidades diferenciadas é o que “cria diferenças geográficas proporcionalmente à intensidade dos investimentos de capital, com frequência garantindo que regiões com abundância de capital fiquem mais ricas enquanto as carentes ficam relativamente mais pobres” (Harvey, 2012, p. 111).

Para Marcelo Lopes de Souza, em seu livro *ABC do Desenvolvimento Urbano*, entende-se a produção desigual do espaço urbano como a segregação social e por consequência espacial e que também está associada a certas manifestações de violência bastante específicas em grandes cidades. Esta segregação dita pelo autor como residencial é essencialmente um produto da cidade, “é um resultado de vários fatores, os quais, em si, são altamente problemáticos: da pobreza (...) ao papel do Estado na criação de disparidades espaciais em matéria de infraestrutura e no favorecimento dos moradores de elite” (Souza, 2008, p. 83). A violência urbana enfatizada pelo autor encontra-se na intolerância da população frente a produção de desigualdades. (...) “a segregação está entrelaçada com disparidades estruturais na distribuição da riqueza socialmente gerada e do poder. A segregação deriva de desigualdades e, ao mesmo tempo, retroalimenta desigualdades ao

condicionar a perpetuação de preconceitos e a existência de intolerância e conflitos” (Souza, 2008, p. 84).

Ainda, nesta busca teórica pelo entendimento da produção desigual do espaço urbano, Mark Gottdiener afirma que há fenômenos que alteram os lugares locais através de uma produção capitalista de ordem global, no qual as regiões metropolitanas se tornam um exemplo claro desse processo. Tais transformações são de ordem sócio-estrutural e que alcançaram um ritmo acelerado a partir da II Guerra Mundial, tendo características como o surgimento de uma corporação global com um sistema mundial de produção. “A produção do espaço global no local seria viabilizada pela intervenção ativa do Estado em todos os níveis da sociedade e principalmente sustentado pela emergência da ciência, da tecnologia e de uma indústria do conhecimento e tecnologia como forças de produção, o que vai conduzir a um novo padrão demográfico e de distribuição espacial”. (Gottdiener, 1997, p. 200).

Considerações Finais

Estudar as cidades é uma ação constante devido a sua característica mutável. Descrever uma cidade é compartilhar constatações e pesquisas em diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, a compreensão teórica da produção desigual do espaço urbano torna-se uma temática imprescindível para se identificar o papel dos agentes produtores do espaço, sejam estes o Estado, incorporadoras privadas ou outros. A tragédia do desenvolvimento tratada por Berman na obra *O Fausto de Goethe* mostra o sentido impulsionador que move os capitalistas a traçarem ideologias sobre essa produção do espaço. O caráter da modernização ou assim dito ‘desenvolvimento’ cria uma espécie de cultura da substituição, a tornar o antigo como obsoleto e glorificar o novo como a melhor e a opção salvadora para as cidades, tendo como ação disfarçada o interesse maior do acúmulo do capital.

Nos exemplos estudados em Londrina, as situações embora sejam opostas trazem além de seus contrastes visuais, processos arraigados de longa data. No Residencial Vista Bela, entende-se esta como uma área de segregação socioespacial, resultante do processo de produção desigual do espaço urbano promovido pelo Estado, e que, na verdade, esta ação criou possibilidades futuras para outros processos ligados a periferação da cidade. Tal reflexão pressupõe identificar as relações institucionais e políticas entre esferas de governo e incorporadoras, e entre esses agentes e os beneficiários do referido programa. Ainda neste exemplo sobrepõem-se outras indagações: a questão fundiária, sendo este o nó da produção

habitacional no país, e em última instância, a produção de nossas cidades. Já no caso da chamada Gleba Palhano, embora o agente produtor do espaço seja o mercado imobiliário, este teve todo o aparato institucional do Estado tanto ao longo das décadas com a instalação de infraestruturas como nas permissões legislativas dos indicadores urbanos.

Constata-se com base nos autores aqui referenciados, que esses processos espaciais da produção desigual estão estritamente ligados a uma ordem econômica e que se tornaram mais complexos no Brasil a partir da década de 1970 com o aumento da população nas cidades, o que conseqüentemente se intensificou com a urbanização, principalmente nos grandes centros.

Referências

Beaujeu-Garnier, J. 2010. *Geografia Urbana*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Benevolo, L. 2005. *História da Cidade*, São Paulo, Perspectiva.

Berman, M. 1988. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*, São Paulo, Companhia das Letras.

Bortolotti, J. B. 2007. *Planejar é preciso: memórias do planejamento urbano de Londrina*, Londrina, Midiograf.

Coêlho, P. A. 2010. *Élisée Reclus: Renovação de uma cidade, repartição dos homens*, São Paulo, Imaginário/ Expressão e Arte Editora.

Frampton, K. 2000. *História Crítica da Arquitetura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes.

Gottdiener, M. 1997. *A Produção Social do Espaço Urbano*, São Paulo, Edusp.

Harvey, D. 2006. *Espaços de Esperança*, São Paulo, Loyola.

Löwy, M. 2000. *Revista Outubro*, São Paulo, n.1.

Mumford, L. 2004. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*, São Paulo, Martins Fontes.

Secchi, B. 2009. *A cidade do século XX*, São Paulo, Perspectiva.

Singer, P. 2010. *Economia política da urbanização*, São Paulo, Contexto.

Soja, E. W. 1993. *Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*, Rio de Janeiro, Jorge Editor.

Sóla-Morales, I. de. 2002. *Territorios*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili.

Souza, M. L. de. 2008. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro, Bertrand
Brasil.

Zucconi, G. 2009. *A cidade do século XIX*, São Paulo, Perspectiva.